



DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS





CONFEDERAÇÃO
NACIONAL DOS
TRABALHADORES
LIBERAIS
UNIVERSITÁRIOS
REGULAMENTADOS



Curso de formação sindical

5 e 6 de setembro – Belém/PA

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES LIBERAIS
UNIVERSITÁRIOS REGULAMENTADOS

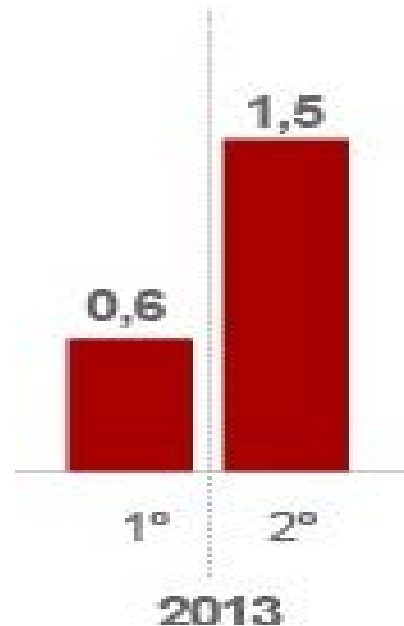
- CURSO DE FORMAÇÃO SINDICAL -

CONJUNTURA ECONÔMICA

- 1 - Crise mundial;**
- 2 - Impactos na economia brasileira;**
- 3 - Inflação;**
- 4 - Mercado de Trabalho e Renda;**
- 5 - Negociações Coletivas;**
- 6 – Cenários futuros.**

Produto Interno Bruto - 2013

Variação do PIB brasileiro
(em % por trimestre)



**CRISE MUNDIAL E SEUS
IMPACTOS NO CRESCIMENTO
NACIONAL**

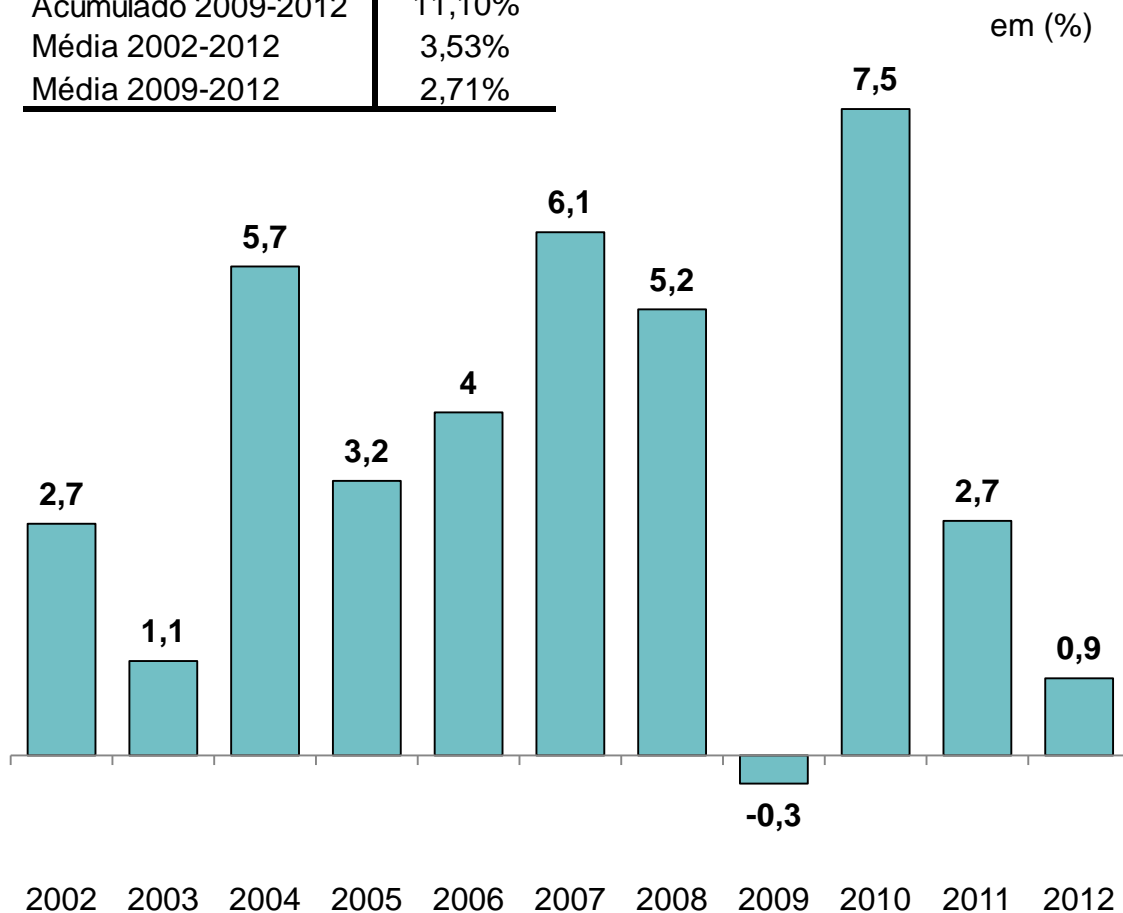
**CRISE ECONÔMICA INTERNACIONAL
E SEUS REFLEXOS**

- A crise é global e tende a ser de longa duração.
- A crise é continuidade da crise de 2008 e atualmente afeta fortemente as finanças dos Estados.
- O Brasil tem capacidade para enfrentar a crise no curto prazo, mas não ficou imune aos seus efeitos.

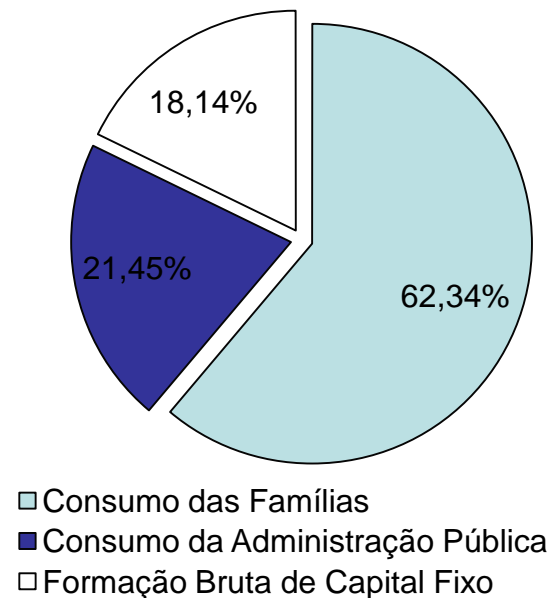
Produto Interno Bruto

Taxa de Crescimento Acumulada ao Longo do Ano Brasil, 2002 a 2011

Acumulado 2002-2012	46,07%
Acumulado 2009-2012	11,10%
Média 2002-2012	3,53%
Média 2009-2012	2,71%



Composição do PIB pela ótica da demanda, 2012



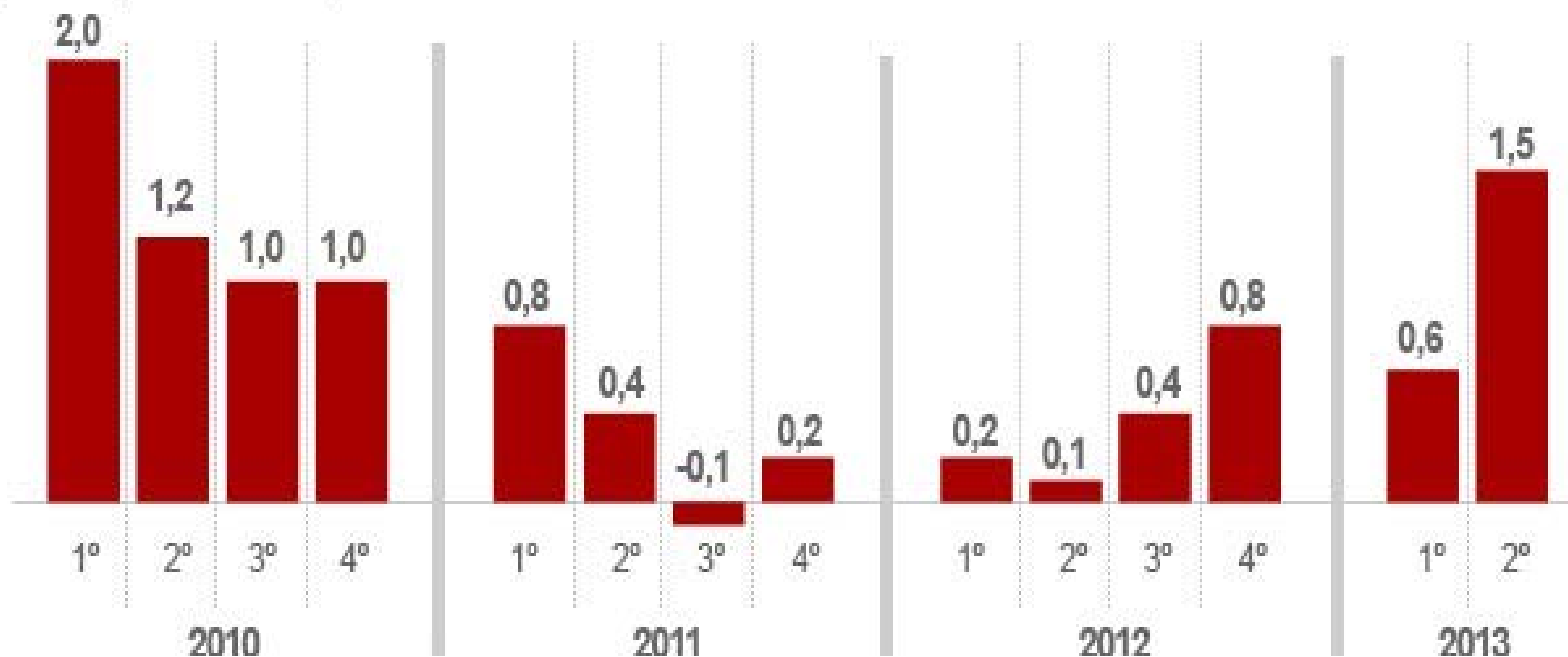
A Variação de Estoques e Exportação Líquida de Bens e Serviços foram negativas em 0,50 e 1,43, respectivamente, fechando o 100%.

Fonte: IBGE, Ministério da Fazenda e Banco Central do Brasil

Elaboração: DIEESE

Produto Interno Bruto - 2013

Variação do PIB brasileiro
(em % por trimestre)





Baixo crescimento decorre de combinação de fatores

- **Incertezas e crise nos países desenvolvidos**
(especialmente na Europa)
- **Taxa de investimento privado não deslança**
(apesar do governo ter atendido praticamente toda a pauta empresarial)
- **Crise da indústria**
 - Resultado da indústria em 2012 - retração de 2,7% na produção física – foi o segundo pior resultado desde 1992, exceto 2009

Porque os investimentos diminuíram?

- Governo elevou juros entre 2010 e 2011 para combater inflação
- Baixo crescimento econômico em 2011
- Incertezas geradas pela crise mundial
- Cenário macroeconômico de 2012 ficou mais incerto e volátil, dificultando o planejamento das empresas
- A boa notícia é que o investimento voltou a crescer no último trimestre de 2013;
- Se o investimento é sustentável, é outra história



Conjuntura – Cenários atuais

- Baixo crescimento econômico e desoneração tributária impactando as receitas da União, Estados, Municípios e Fundos Públicos
- Queda do FPE/FPM atingindo principalmente os Estados/Municípios mais pobres e mais carentes de serviços públicos
- Pressão da sociedade por mais e melhores serviços públicos (manifestações de Junho)
- Restrições orçamentárias impondo cortes de gastos ou contenção de despesas
- Discussão dos royalties e financiamento da educação

Foram várias as medidas para reduzir custos e “desempacar” a economia

- 1) Desoneração da folha de pagamentos, que abrangerá 42 setores (15 já desonerados)
- 2) Elevação das alíquotas de importação
- 3) Redução do custo da energia elétrica
- 4) Redução das taxas de juros
- 5) Ambicioso programa de investimentos em rodovias e ferrovias, com previsão de mais de R\$ 130 bilhões
- O Programa de Sustentação do Investimento (PSI) disponibilizará R\$ 100 bilhões em 2013 para investimentos, com taxa média em torno de 3,5% ao ano (juros reduzidos e prazos longos)
- Criação de linha de crédito e redução de impostos para a construção civil (em 12/12).
- A relação [investimento público/PIB](#) saiu de 2,6% em 2003 para 4,5% em 2012.

Desonerações

Medidas Institucionais	Impacto (em bilhões R\$)		
	2012	2013	2014
Redução da CIDE para zero para gasolina e diesel	8,9	11,4	11,4
Redução do IPI (automóveis, caminhões e material de construção, linha branca, BK, móveis, papel de parede e etc).	8,5	11,8	7,1
Redução para zero do prazo de apropriação dos créditos de PIS/COFINS sobre a aquisição de bens de capital.	7,6	-	-
Aumento dos limites das faixas de tributação de SIMPLES e MEI.	5,7	5,9	6,5
REINTEGRA*	3,4	3,4	2,7
Desoneração a folha de pagamentos	3,8	16,0	24,7
Redução do IOF sobre operações de crédito pessoa física (de 3% para 1,5%).	2,8	3,6	3,6
Alíquota zero de PIS/COFINS sobre o trigo e massas	1,1	0,6	-
Banda Larga - redes	0,5	1,0	1,0
Desoberação da cesta básica	-	5,5	8,2
Aumento dos limites do lucro Presumido	-	-	1,0
Demais	2,2	10,9	22,0
Total	44,5	70,1	88,2

Fonte: Ministério da Fazenda

*Corresponde a 75% do potencial para 2012 e 2013, pois o último pedido de restituição trimestral do ano corrente (2012 e 2013) ocorre no período seguinte (2013 e 2014, respectivamente). Ou seja, em 2014, o valor de R\$ 2,7 bilhões refere-se a impacto residual de 2013.

CONJUNTURA ECONÔMICA

INFLAÇÃO

Custo e Variação da Cesta Básica Junho de 2013

Capital	Valor da cesta	Variação mensal (%)	Porcentagem do salário mínimo líquido	Tempo de trabalho	Variação no ano (%)	Variação anual (%)
São Paulo	340,46	-0,46	54,58	110h28m	11,66	18,37
Porto Alegre	329,16	1,85	52,77	106h48m	11,82	17,45
Manaus	316,29	-2,07	50,71	102h38m	8,96	15,55
Vitória	315,63	-3,14	50,60	102h25m	8,50	13,66
Brasília	312,09	2,87	50,03	101h16m	13,10	20,17
Rio de Janeiro	310,00	-3,55	49,70	100h35m	10,00	14,66
Belém	309,01	0,08	49,54	100h16m	13,78	22,15
Belo Horizonte	308,48	-2,00	49,45	100h06m	6,05	16,01
Florianópolis	307,44	0,29	49,29	99h46m	6,00	18,19
Recife	296,67	1,97	47,56	96h16m	19,17	28,17
Curitiba	294,50	-1,15	47,21	95h34m	8,55	12,40
Fortaleza	292,86	-1,33	46,95	95h02m	15,86	24,25
Goiânia	289,62	-1,48	46,43	93h59m	10,05	18,68
João Pessoa	285,47	-0,39	45,77	92h38m	20,02	24,36
Natal	284,69	1,07	45,64	92h23m	18,79	21,50
Campo Grande	275,91	-1,95	44,23	89h32m	13,57	-
Salvador	260,20	0,86	41,71	84h26m	14,56	22,04
Aracaju	248,07	3,05	39,77	80h30m	21,57	24,22

FONTE: DIEESE

Determinantes da inflação atual

- Preços dos alimentos;
- Preços administrados: tarifas públicas (transportes, energia elétrica, etc.);
- Variação cambial: encarecimento de insumos, impactos nos aluguéis e nos contratos administrados;
- Sazonais: passagens aéreas, excursões, educação;
- Despesas pessoais: cigarro e emprego doméstico;
- Combustíveis (dieesel, gasolina) e aço (*commodities*);

Evolução do IPCA-IBGE

Ano	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Acumulado no ano
2010	0,75%	0,78%	0,52%	0,57%	0,43%	0,00%	0,01%	0,04%	0,45%	0,75%	0,83%	0,63%	5,91%
2011	0,83%	0,80%	0,79%	0,77%	0,47%	0,15%	0,16%	0,37%	0,53%	0,43%	0,52%	0,50%	6,50%
2012	0,56%	0,45%	0,21%	0,64%	0,36%	0,08%	0,43%	0,41%	0,57%	0,59%	0,60%	0,79%	5,84%
2013	0,86%	0,60%	0,47%	0,55%	-	-	-	-	-	-	-	-	2,50%

Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

Nota:

IPCA Maio/2013 = 0,37%

IPCA Junho/2013 = 0,26%

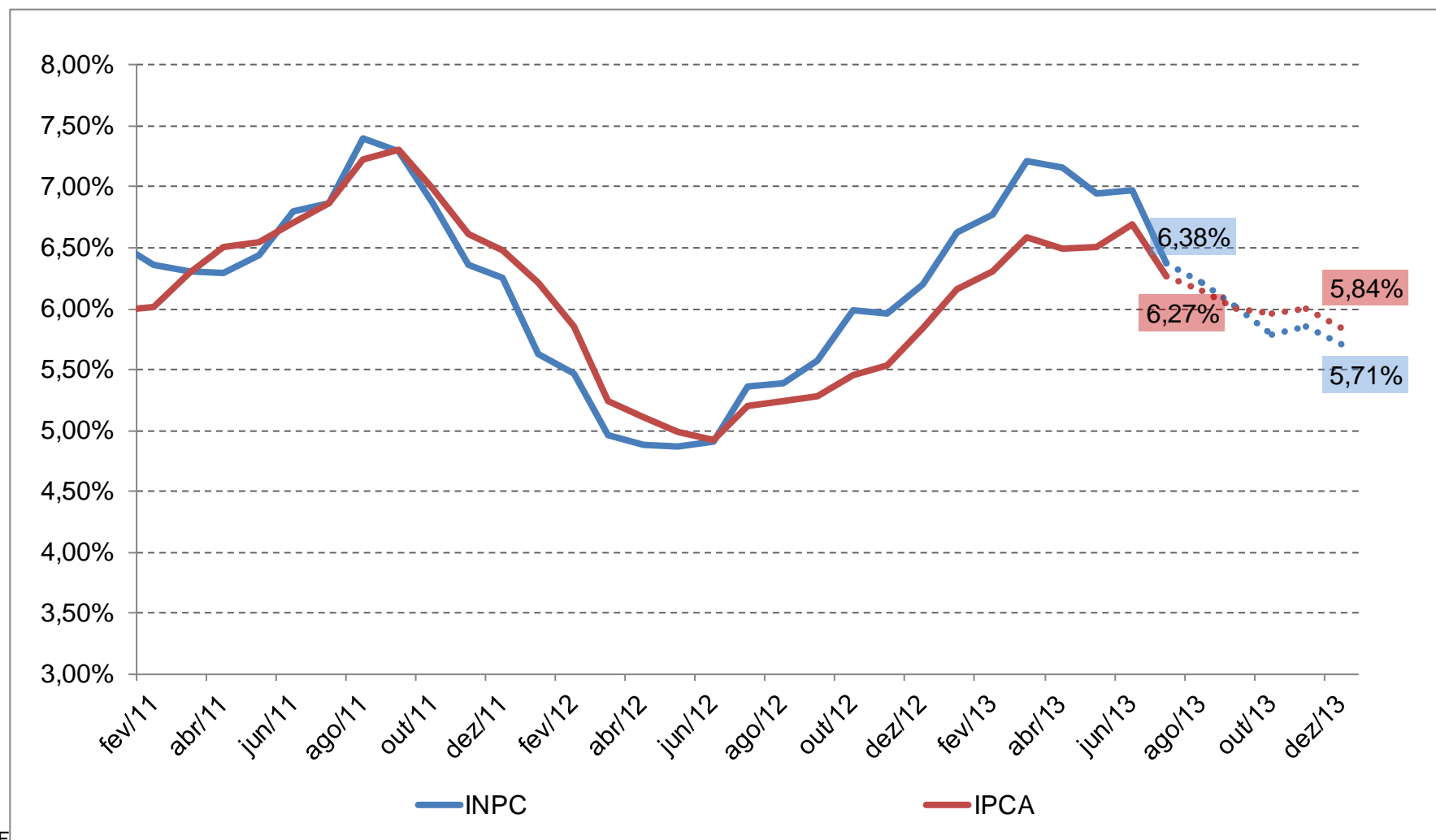
IPCA Julho/2013 = 0,03%

Acumulado em 2013 (Jan-Jul) = 3,18%

Acumulado em 12 meses = 6,27%

INPC e IPCA

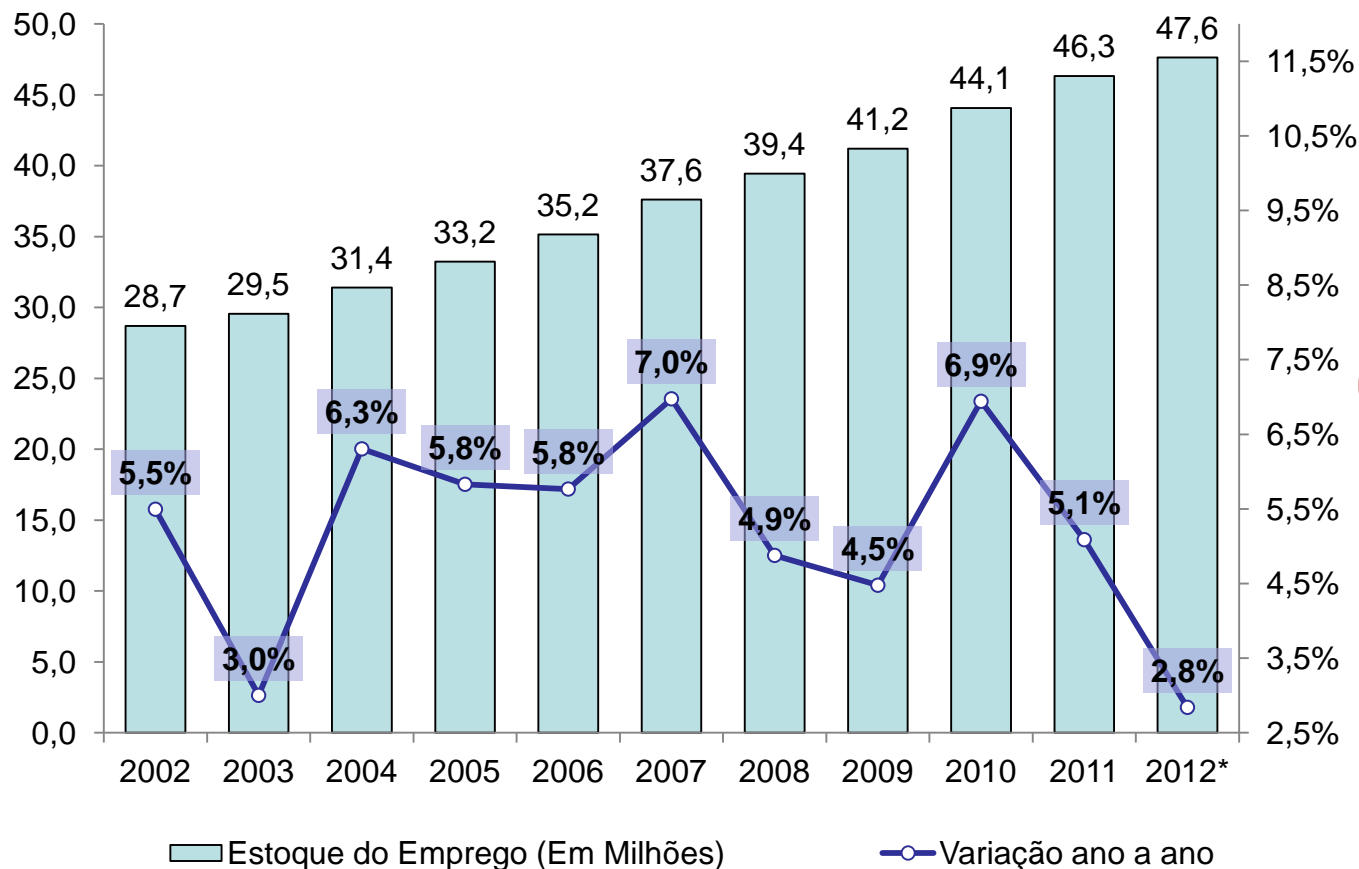
Acumulado em 12 meses



MERCADO DE TRABALHO



Evolução do Estoque do Emprego Formal Brasil, 2002 a 2011



O Saldo entre admitidos e desligados de janeiro a julho de 2013 no Caged foi de 907 mil

Evolução do Salário Médio real de admissão e desligamento por setor de atividade – R\$ (ICV/2012)

Brasil, 2009 e 2012

Setores	Tipo de Movimentação	Salário Médio Real Mensal		Tempo Médio de Emprego (Em Meses)	
		2009	2012	2009	2012
Extrativa mineral	Admitidos	1.341,84	1.640,00	-	-
	Desligados	1.504,72	1.794,78	31,2	26,8
Indústria de transformação	Admitidos	924,20	1.039,08	-	-
	Desligados	1.118,26	1.150,80	22,6	20,1
Serviços Industr. de Utilidade Pública	Admitidos	1.047,19	1.156,89	-	-
	Desligados	1.372,98	1.418,74	48,6	36,7
Construção Civil	Admitidos	995,13	1.099,45	-	-
	Desligados	1.077,46	1.173,79	9,4	9,5
Comércio	Admitidos	807,72	882,43	-	-
	Desligados	898,88	939,42	16,9	15,4
Serviços	Admitidos	970,43	1.059,22	-	-
	Desligados	1.086,68	1.126,48	19,6	17,4
Administração Pública	Admitidos	1.306,89	1.337,12	-	-
	Desligados	1.333,54	1.460,16	31,7	33,0
Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	Admitidos	685,39	789,45	-	-
	Desligados	740,10	828,03	11,3	12,1
Total	Admitidos	907,71	1.006,19	-	-
	Desligados	1.023,72	1.079,41	18,0	16,3

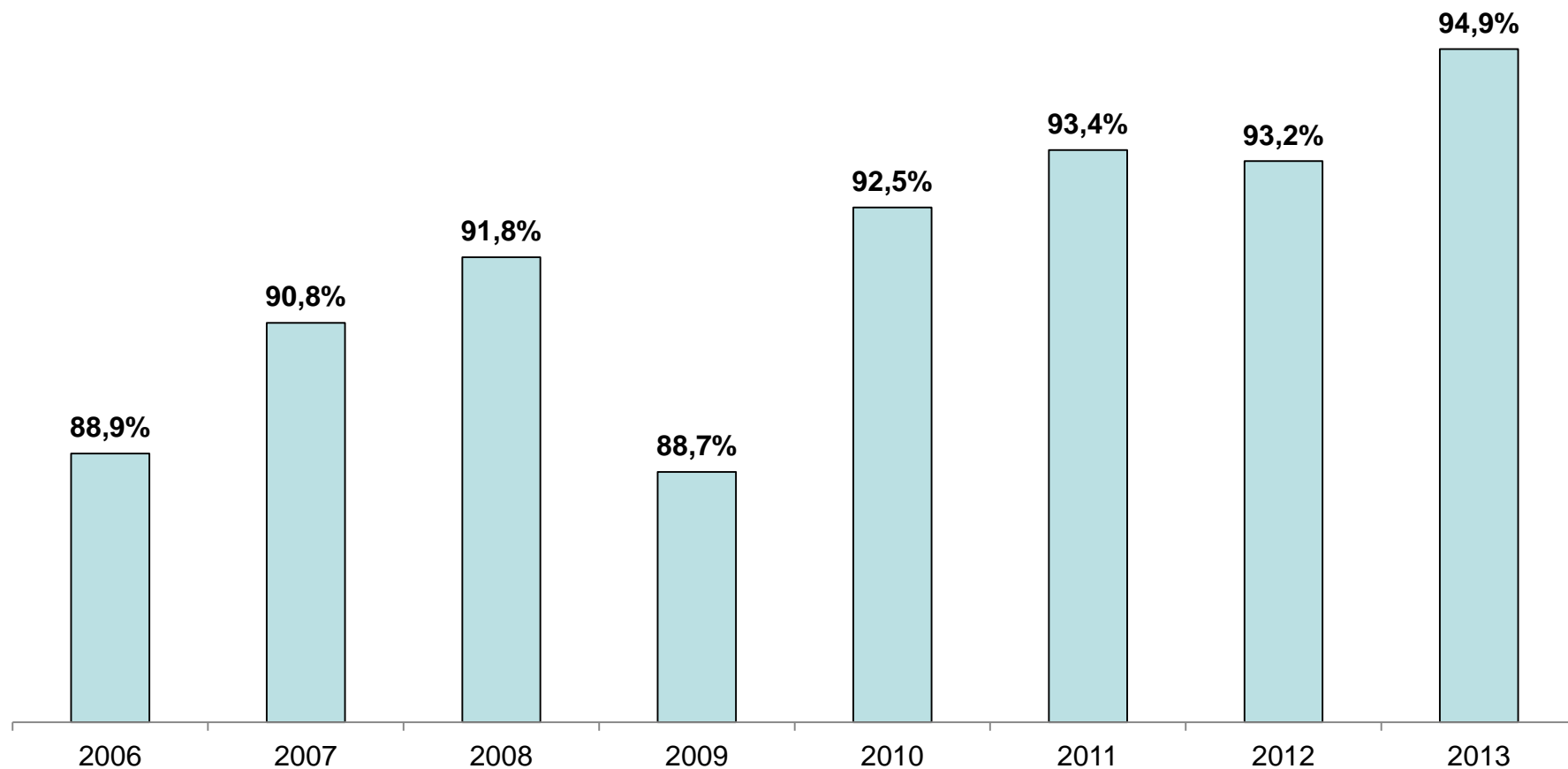
Total de Movimentações por Tipo

Em Milhões

Tipo de Movimentação	2009	2012
Admitidos	16,19	20,43
Desligados	15,19	19,56
Saldo	1,00	0,87

Relação entre os Salários Médios dos Admitidos e Desligados

Brasil, 2006 – 2013*



Fonte: MTE, Caged
Elaboração: DIEESE
*Até março de 2013

**O BALANÇO DO EMPREGO FORMAL EM
TODO O BRASIL POR SETORES DE
ATIVIDADES ECONÔMICAS
ANO DE 2012 (JAN-DEZ)**

**QUADRO DEMONSTRATIVO DA MOVIMENTAÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR
SETORES ECONÔMICOS DE ATIVIDADES NO ANO DE 2012 (JAN-DEZ)**

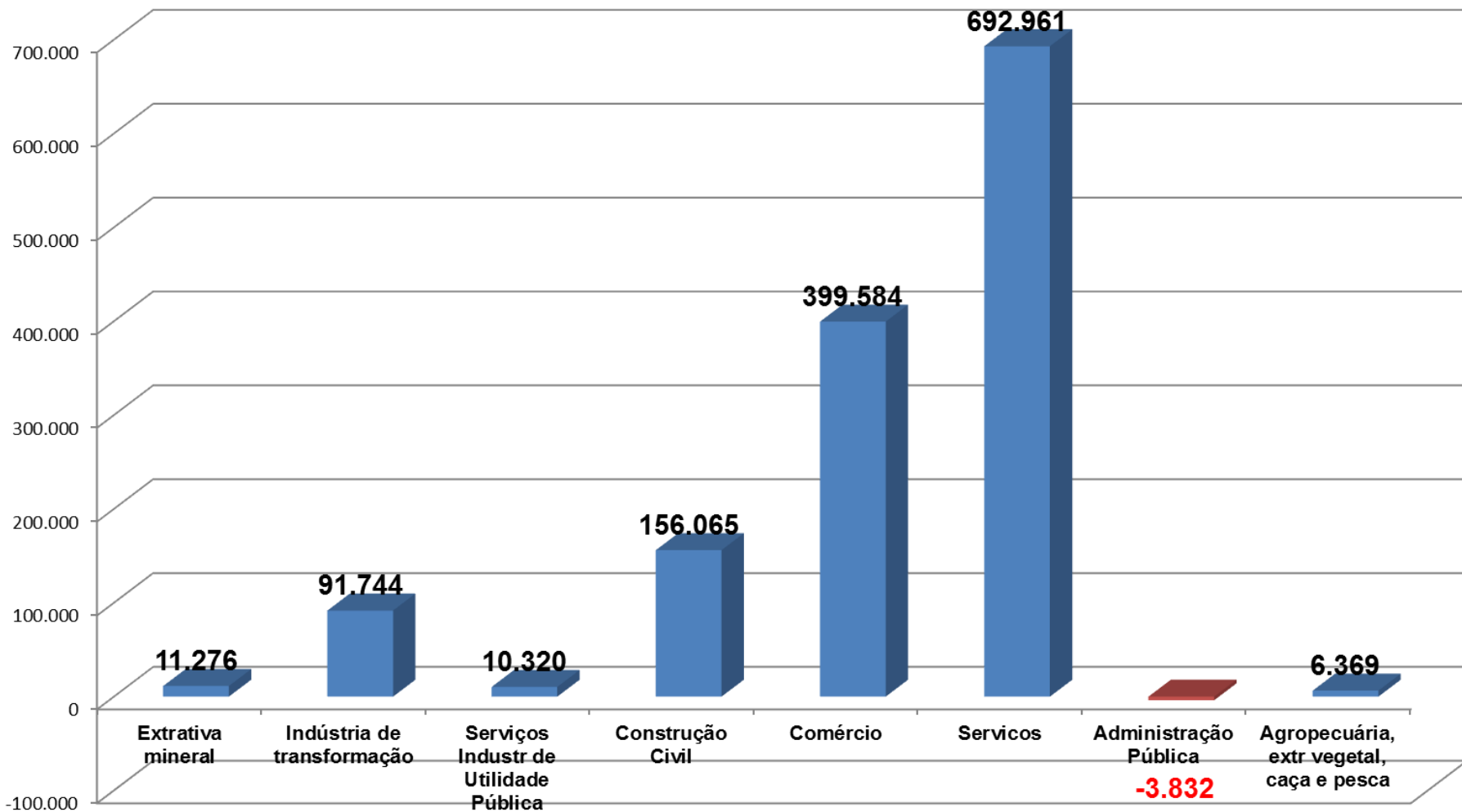
- BRASIL -

SETORES ECONOMICOS	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
EXTRATIVA MINERAL	63.342	52.066	11.276
IND. TRANSFORMACAO	3.947.007	3.855.263	91.744
SERV.IND.UTIL.PUB.	106.994	96.674	10.320
CONSTRUCAO CIVIL	2.906.117	2.750.052	156.065
COMERCIO	5.189.981	4.790.397	399.584
SERVICOS	8.256.132	7.563.171	692.961
ADMIN. PUBLICA	113.758	117.590	-3.832
AGROPECUARIA	1.291.929	1.285.560	6.369
TOTAL	21.875.260	20.510.773	1.364.487

FONTE: MTE / CAGED

ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO: DIEESE/PA

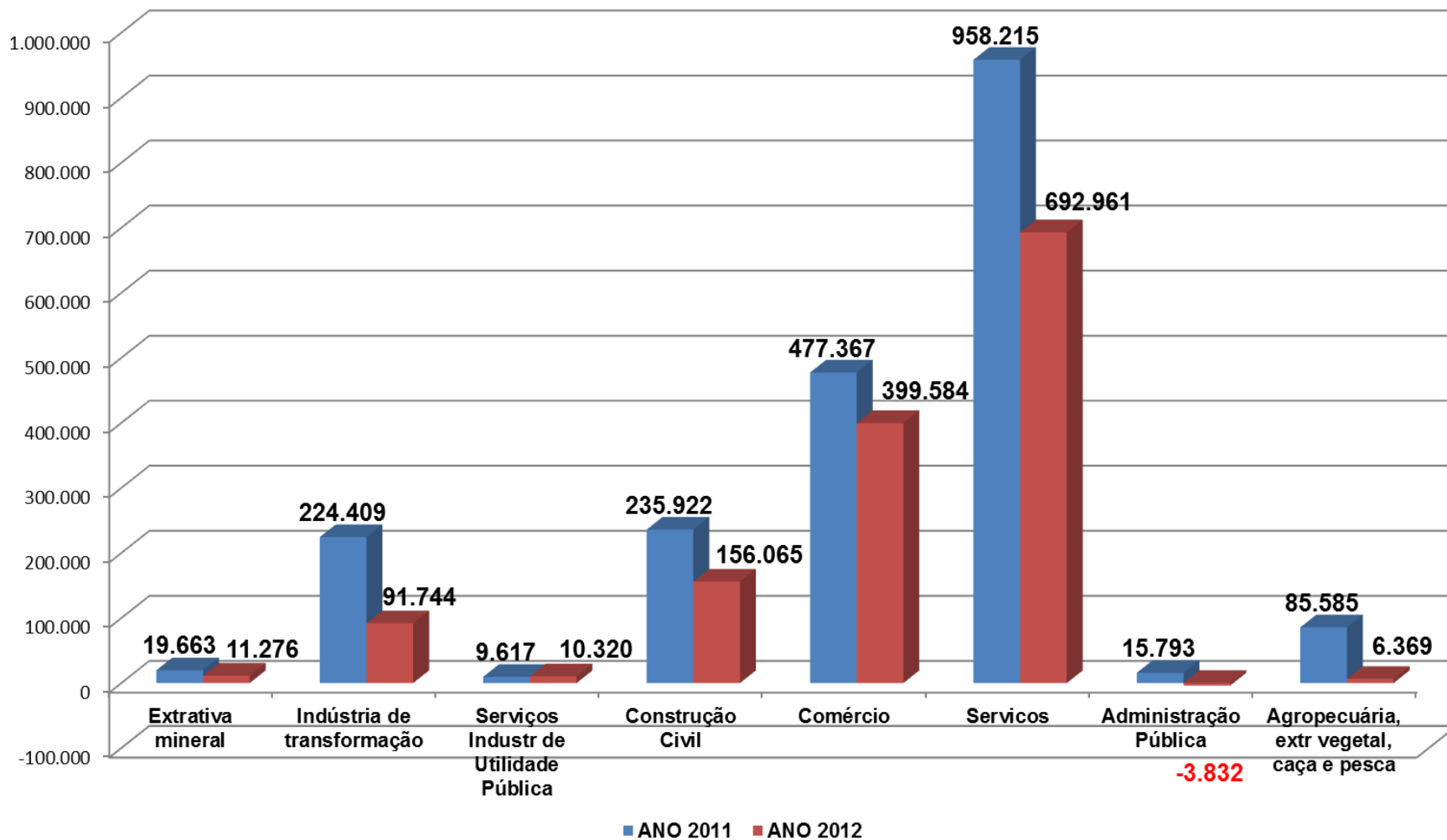
GRÁFICO DEMONSTRATIVO DA GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHOS FORMAIS NO BRASIL EM 2012 (JAN-DEZ)



QUADRO DEMONSTRATIVO DA FLUTUAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHOS FORMAIS NO BRASIL NOS ANOS DE 2011 E 2012

SETORES ECONÔMICOS	ANO (JAN-DEZ)					
	2011 (JAN-DEZ)			2012 (JAN-DEZ)		
	ADM	DESLIG	SALDO	ADM	DESLIG	SALDO
EXTRATIVA MINERAL	65.868	46.205	19.663	63.342	52.066	11.276
IND. TRANSFORMAÇÃO	4.114.798	3.890.389	224.409	3.947.007	3.855.263	91.744
SERV.IND.UTIL.PUB.	105.587	95.970	9.617	106.994	96.674	10.320
CONSTRUÇÃO CIVIL	2.875.731	2.639.809	235.922	2.906.117	2.750.052	156.065
COMÉRCIO	5.113.378	4.636.011	477.367	5.189.981	4.790.397	399.584
SERVIÇOS	8.158.524	7.200.309	958.215	8.256.132	7.563.171	692.961
ADMIN. PÚBLICA	115.257	99.464	15.793	113.758	117.590	-3.832
AGROPECUÁRIA	1.381.539	1.295.954	85.585	1.291.929	1.285.560	6.369
TOTAL	21.930.682	19.904.111	2.026.571	21.875.260	20.510.773	1.364.487
FONTE: MTE / CAGED ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO: DIEESE/PA						

GRÁFICO COMPARATIVO DA GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHOS FORMAIS NO BRASIL EM 2011 E 2012





**O BALANÇO DO EMPREGO FORMAL
NAS REGIÕES DO BRASIL
NO ANO DE 2012 (JAN-DEZ)**

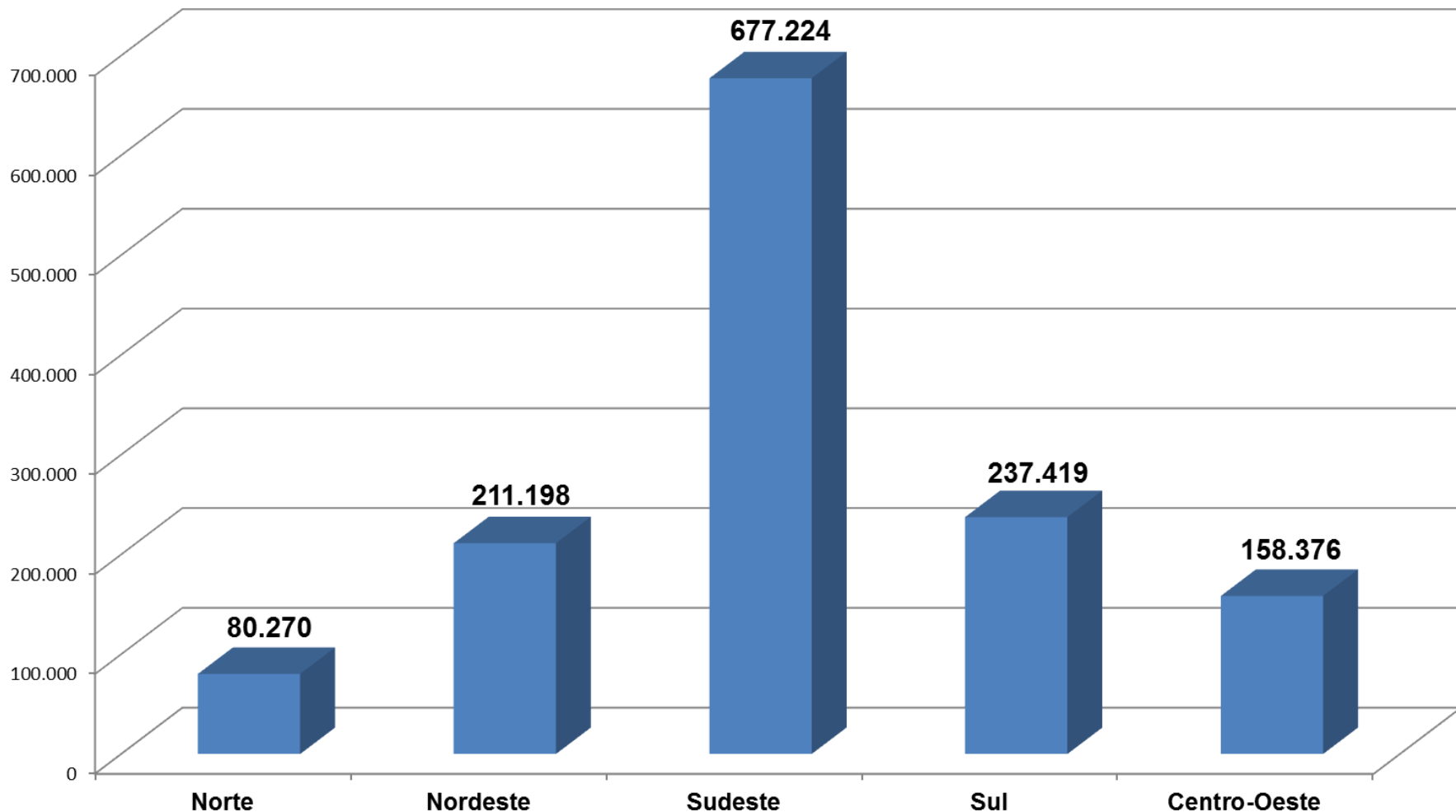
**QUADRO DEMONSTRATIVO DA MOVIMENTAÇÃO DO EMPREGO FORMAL NAS
REGIÕES DO BRASIL NO ANO DE 2012 (JAN-DEZ)**

LOCAL	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
NORTE	975.049	894.779	80.270
NORDESTE	3.042.128	2.830.930	211.198
SUDESTE	11.574.461	10.897.237	677.224
SUL	4.344.016	4.106.597	237.419
CENTRO-OESTE	1.939.606	1.781.230	158.376
TOTAL	21.875.260	20.510.773	1.364.487

FONTE: MTE / CAGED

ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO: DIEESE/PA

GRÁFICO DEMONSTRATIVO DOS SALDOS DE POSTOS DE TRABALHOS FORMAIS GERADOS NAS REGIÕES DO BRASIL EM 2012 (JAN-DEZ)



QUADRO DEMONSTRATIVO DA FLUTUAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHOS FORMAIS NAS REGIÕES DO BRASIL NOS ANOS DE 2011 E 2012

LOCAL	ANO (JAN-DEZ)					
	2011 (JAN-DEZ)			2012 (JAN-DEZ)		
	ADM	DESLIG	SALDO	ADM	DESLIG	SALDO
NORTE	1.017.579	872.677	144.902	975.049	894.779	80.270
NORDESTE	3.088.867	2.733.212	355.655	3.042.128	2.830.930	211.198
SUDESTE	11.665.313	10.637.223	1.028.090	11.574.461	10.897.237	677.224
SUL	4.279.889	3.945.372	334.517	4.344.016	4.106.597	237.419
CENTRO-OESTE	1.879.034	1.715.627	163.407	1.939.606	1.781.230	158.376
TOTAL	21.930.682	19.904.111	2.026.571	21.875.260	20.510.773	1.364.487
FONTE: MTE / CAGED		ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO: DIEESE/PA				



CONJUNTURA: PRINCIPAIS ASPECTOS

**A VALORIZAÇÃO DO
SALÁRIO MÍNIMO
2002 - 2013**

SALÁRIO MÍNIMO

- Política de Valorização do Salário Mínimo
 - Salário mínimo teve um ganho real de 70,49% de abril de 2001 a Janeiro de 2013.
 - Só em 2013 estima-se que haverá:
 - R\$ 32,7 bilhões de incremento de renda na economia
 - R\$ 15,9 bilhões o incremento na arrecadação tributária sobre o consumo
 - 45,5 milhões de pessoas que têm rendimento referenciado no salário mínimo



CONJUNTURA

AS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS

**O BALANÇO DAS NEGOCIAÇÕES
SALARIAIS NO PARÁ EM
TODO O BRASIL
2008 – 2012
(JAN-DEZ)**

Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE 2008 a 2012

Variação	2008	2009	2010	2011	2012
	%	%	%	%	%
Acima do INPC-IBGE	78,3	80,5	87,8	87,1	94,6
Mais de 5% acima	0,6	1,7	4,3	1,4	4,4
De 4,01% a 5% acima	0,9	1,4	3,4	1,4	4,0
De 3,01% a 4% acima	3,3	2,8	8,8	5,7	3,7
De 2,01% a 3% acima	9,7	11,4	16,3	15,2	28,4
De 1,01% a 2% acima	29,7	25,7	27,7	36,1	34,2
De 0,01% a 1% acima	34,2	37,5	27,3	27,3	19,9
Igual ao INPC-IBGE	10,7	11,6	7,7	7,1	4,1
De 0,01% a 1% abaixo	9,5	5,4	4,0	4,8	1,1
De 1,01% a 2% abaixo	0,9	0,6	0,1	0,4	0,1
De 2,01% a 3% abaixo	0,3	0,6	0,1	0,3	-
De 3,01% a 4% abaixo	-	0,1	0,1	-	-
De 4,01% a 5% abaixo	-	0,1	0,1	-	-
Mais de 5% abaixo	0,4	1,0	-	0,3	-
Abaixo do INPC-IBGE	11,1	7,8	4,5	5,8	1,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE

Obs.: Foram considerados somente os reajustes salariais das 704 unidades de negociação com registro em todos os anos da série

**O BALANÇO DAS NEGOCIAÇÕES
SALARIAIS NO PARÁ EM
TODO O BRASIL
1º SEMESTRE (JAN-JUN)
2008 - 2013**

**Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 2008-2013**

(em %)

Variação	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Acima do INPC-IBGE	75,9	78,0	87,2	84,4	96,3	84,5
Mais de 5% acima	0,3	1,8	6,1	2,4	8,3	0,6
De 4,01% a 5% acima	1,2	1,5	3,4	2,4	5,8	0,0
De 3,01% a 4% acima	3,4	2,1	6,4	7,0	4,6	6,7
De 2,01% a 3% acima	6,7	8,2	11,9	10,1	27,9	12,8
De 1,01% a 2% acima	28,7	18,0	24,1	33,9	29,1	29,6
De 0,01% a 1% acima	35,7	46,3	35,4	28,4	20,6	34,8
Igual ao INPC-IBGE	12,2	14,0	8,5	8,0	2,8	7,0
De 0,01% a 1% abaixo	10,7	5,2	3,7	6,4	0,9	7,9
De 1,01% a 2% abaixo	0,6	0,9	0,0	0,6	0,0	0,3
De 2,01% a 3% abaixo	0,3	0,3	0,3	0,6	0,0	0,3
De 3,01% a 4% abaixo	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0
De 4,01% a 5% abaixo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Mais de 5% abaixo	0,3	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Abaixo do INPC-IBGE	11,9	7,9	4,3	7,6	0,9	8,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Para efeitos de comparação, foram considerados, em todos os anos, os reajustes salariais das mesmas 328 unidades de negociação



CENÁRIOS FUTUROS

TERCEIRIZAÇÃO

TERCEIRIZAÇÃO

- 1. Dissolve o Direito do Trabalho ao desconstruir direitos da CLT e da Constituição. Ou seja, há a redução de salários e de benefícios sociais dos trabalhadores como meio de sobrevivência;**
- 2. Torna lícito todo contrato de prestação de serviço terceirizado;**
- 3. Acaba com a atividade-fim da empresa. Ou seja, pode terceirizar qualquer função (torneiro, operador de máquina, ferramenteiro etc.);**
- 4. Permite a subcontratação de empresas (quarteirização...). A terceirizada pode repassar o serviço para outra empresa;**
- 5. Acaba com a responsabilidade solidária da contratante (na prática – quem contrata não responde por abusos – acidentes etc,- da empresa que contratou);**
- 6. Estimula, possibilita e dá sustentação às cooperativas fajutas (a famosa cooepergato, exploradora de trabalhador);**
- 7. Assegura de vez a Pejotização. O que é isso? Você, em vez de ser contratado como mecânico, fresador etc. – você será contratado como pessoa jurídica. Vai na Prefeitura, abre empresa, emite Nota Fiscal. Adeus férias, 13º, Fundo de Garantia. É uma espécie de trabalho escravo moderno, embalado em Nota Fiscal;**
- 8. Gera a fragmentação continuada das empresas, ao possibilitar a novas empreiteiras e terceirizadas integralizarem seu capital em 30 dias, tornando possível o interesse empresarial de criar facilmente suas próprias empresas terceirizadas, precarizando, acintosamente, sob a proteção da lei;**
- 9. Retira do Estado a fiscalização e a vigilância, delegando esse papel às empresas contratantes, piorando barbaramente as condições de saúde e segurança no trabalho, mais ainda dos terceirizados. Na prática: mais doenças, mutilações e mortes no trabalho;**
- 10. Enfraquece os vínculos formais de trabalho, pois estimula a rotatividade, ao tornar mais frágil ainda a relação capital-trabalho, gera empregos precários e transitórios.**

Salário mínimo em 2014 e 2015

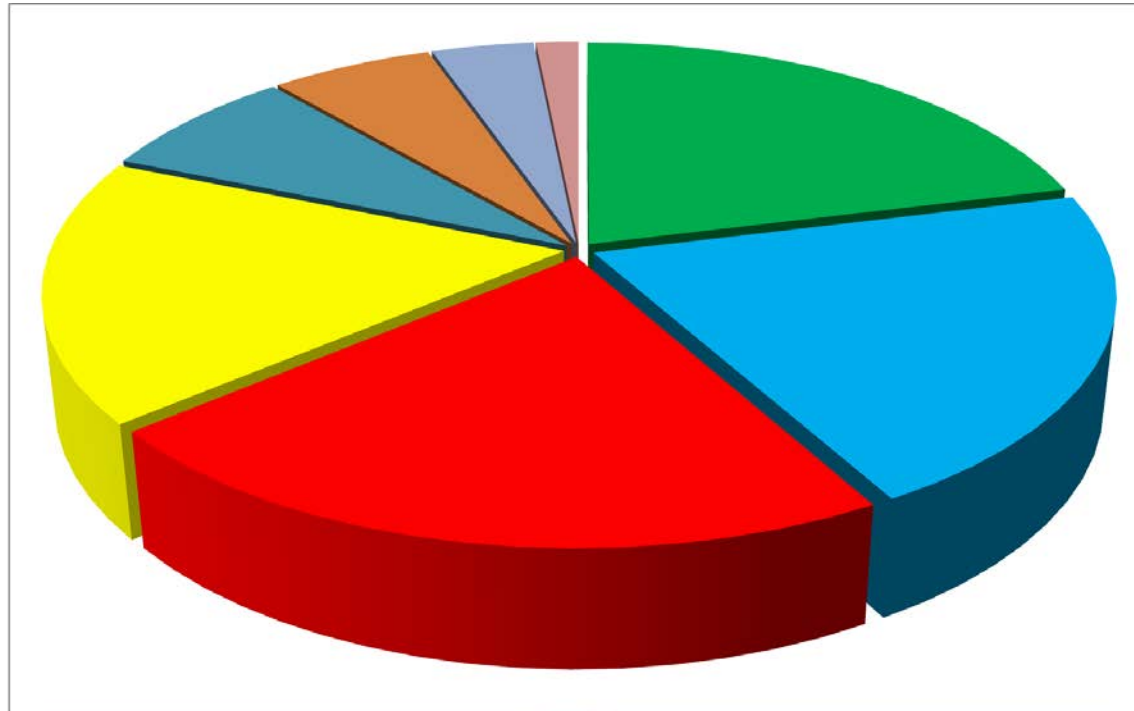
- Em 2014 o SM terá o segundo menor reajuste real em 12 anos
- O mínimo é reajustado de acordo com a inflação do ano anterior, e tem como aumento real o PIB de dois anos antes
- Em 2014 o aumento real será equivalente ao PIB de 2012 (0,9%)
- Em 2011 foi ainda menor: 0,4%
- A Política de Valorização do Salário Mínimo, transformada em lei há dois anos, tem como prazo de validade o ano de 2015
- Essa será uma batalha importante dos sindicatos em 2015



INFLAÇÃO 2014

**ESTIMATIVA DENTRO DA META
4,50%**

CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASIL - 2014



CRESCIMENTO ESTIMADO ACIMA DE 4,00%

DieESE

OBRIIGADO!

Roberto Sena

Everson Costa

dieesepa@amazonet.com.br

091-3241-3093 / 3241 3008